



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
**SUBSTITUTIVO AO PLV Nº 53/2010 E AO PLE 92/2010**  
**PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2011**

			ATA
ACEITO EM	/	/2011	
APROVADO EM	/	/2011	
REJEITADO EM	/	/2011	
ARQUIVO EM	/	/2011	

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**REGULAMENTA O TEMPO DE ESPERA  
NAS FILAS DOS CAIXAS DE  
SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS  
DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** – Os supermercados e hipermercados instalados no Município do Rio Grande ficam obrigados a prestar em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera estabelecido nesta Lei.

**Art. 2º** - Para efeito desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento, o de no máximo **15 (quinze) minutos** em dias normais e de **20(vinte) minutos** em vésperas ou após feriados prolongados.

**§ 1º** - Aos clientes idosos e portadores de necessidades especiais, o tempo de espera será de no máximo **10 (dez) minutos**;

**§ 2º** - Para verificação do cumprimento dos tempos estipulados, os supermercados e hipermercados ficam obrigados a utilizar mecanismos de controle que registrem a hora de entrada dos usuários nas filas dos caixas;

**§ 3º** - Os mecanismos a que alude o parágrafo anterior devem dispor de meios que possibilitem a aferição do tempo de espera, bem como ficarem à disposição da fiscalização do Município para eventual conferência.

**Art. 3º**- Os supermercados e hipermercados tem o prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de publicação da presente Lei, para se adaptarem às suas disposições.

**Art. 4º**- O não cumprimento das disposições da presente Lei sujeitará os estabelecimentos mencionados às seguintes punições:

I - advertência por escrito;

II - multa de **2500 URM's** na reincidência após a advertência;

VISTO

\_\_\_\_\_  
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
**SUBSTITUTIVO AO PLV Nº 53/2010 E AO PLE 92/2010**  
**PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2011**

			ATA
ACEITO EM	/	/2011	
APROVADO EM	/	/2011	
REJEITADO EM	/	/2011	
ARQUIVO EM	/	/2011	

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

III - multa de 5.000 URM's até a 5ª (quinta) reincidência;

IV - suspensão do alvará de funcionamento, após a 5ª (quinta) reincidência, até que se cumpram as disposições da presente Lei.

**Art. 5º** - As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta Lei deverão ser encaminhadas ao PROCON, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

**Parágrafo único** - O auto de infração e o processo administrativo de imposição da multa, assim como os prazos para defesa e recurso reger-se-ão pelo disposto na Lei Municipal nº 5.772, de 26 de maio de 2003.

**Art. 6º** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

**Comissão de Constituição e Justiça**

34

VISTO
_____ Presidente





**SUBSTITUTIVO**

Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS,  
INFRA-ESTRUTURA, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA**

PARECER

PROCESSO.....

~~697/2011~~  
Substitutivo

DA Comissão

AO PLE 092/10 e PLV 53/10

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara o referido

☒ CONSTITUCIONAL

☐ INCONSTITUCIONAL

☐ ANTIJURÍDICO

☐ ANTIREGIMENTAL

☐ INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

Este é o parecer desta comissão.

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, ~~28~~ de ~~MAI~~ de ~~2008~~

25 de abril 2011

  
Presidente

34  
  
Vice-Presidente

  
Secretário

  
Membro

Pauta p/ 1 sessão Renato Albuquerque Ata 8641 em 30.03.11



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Ofício nº 0300/11  
Proc. 0693/2011

Rio Grande, 26 de abril de 2011.

Ao Exmo. Sr.  
Fábio de Oliveira Branco  
Prefeito Municipal  
Nesta

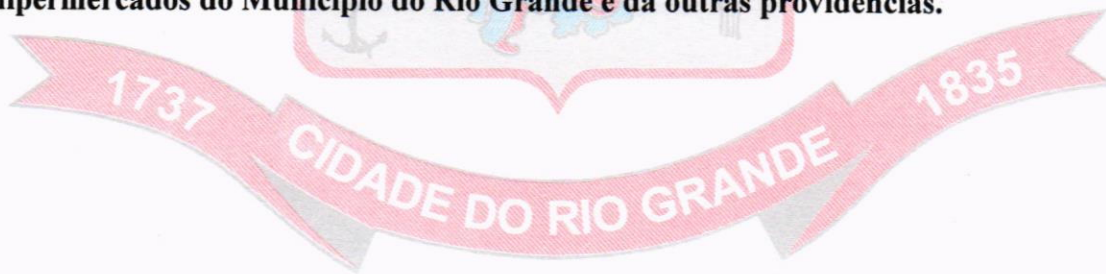
Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a Vossa Excelência, Projeto de Lei substitutivo ao PLE 92/2010 em anexo, para sua devida apreciação, aprovado no dia de hoje.

Atenciosamente,

  
Ver. Paulo Renato Mattos Gomes- Renatinho  
Presidente

**ANEXO: Regulamenta o tempo de espera nas filas dos caixas de supermercados e hipermercados do Município do Rio Grande e dá outras providências.**







**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**PROJETO DE LEI**

**REGULAMENTA O TEMPO DE ESPERA NAS  
FILAS DOS CAIXAS DE SUPERMERCADOS E  
HIPERMERCADOS DO MUNICÍPIO DO RIO  
GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Os supermercados e hipermercados instalados no Município do Rio Grande ficam obrigados a prestar em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera estabelecido nesta Lei.

**Art. 2º** Para efeito desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento, o de no máximo 15 (quinze) minutos em dias normais e de 20 (vinte) minutos em vésperas ou após feriados prolongados.

**§ 1º** - Aos clientes idosos e portadores de necessidades especiais, o tempo de espera será de no máximo 10 (dez) minutos;

**§ 2º** - Para verificação do cumprimento dos tempos estipulados, os supermercados e hipermercados ficam obrigados a utilizar mecanismos de controle que registrem a hora de entrada dos usuários nas filas dos caixas;

**§ 3º** - Os mecanismos a que alude o parágrafo 2º devem dispor de meios que possibilitem a aferição do tempo de espera, bem como ficarem à disposição da fiscalização do Município para eventual conferência.

**Art. 3º** Os supermercados e hipermercados tem o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da presente Lei, para se adaptarem às suas disposições.



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Art. 4º** O não cumprimento das disposições da presente Lei sujeitará os estabelecimentos mencionados às seguintes punições:

- I** – advertência por escrito;
- II**- multa de 2.500 URM's na reincidência após a advertência;
- III**- multa de 5.000 URM's até a 5ª (quinta) reincidência;
- IV**- suspensão do alvará de funcionamento, após a 5ª (quinta) reincidência, até que se cumpram as disposições da presente Lei.

**Art. 5º** As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta Lei deverão ser encaminhadas ao PROCON, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

**Parágrafo único** – O auto de infração e o processo administrativo de imposição da multa, assim como os prazos para defesa e recurso reger-se-ão pelo disposto na Lei Municipal nº 5.772, de 26 de maio de 2003.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





**Estado do Rio Grande do Sul**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 7.063, DE 08 DE JULHO DE 2011**

**REGULAMENTA O TEMPO DE ESPERA NAS FILAS DOS CAIXAS DE SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Os supermercados e hipermercados instalados no Município do Rio Grande ficam obrigados a prestar em seus caixas, atendimento dentro do tempo máximo de espera estabelecido por esta Lei.

**Art. 2º** - Para efeito desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento, o de no máximo 15 (quinze) minutos em dias normais, e de no máximo 20 (vinte) minutos em vésperas ou após feriados prolongados.

**§ 1º** – Aos clientes idosos e portadores de necessidades especiais, o tempo de espera será de no máximo 10 (dez) minutos;

**§ 2º** - Para verificação do cumprimento dos tempos estipulados, os supermercados e hipermercados ficam obrigados a utilizar mecanismos de controle que registrem a hora de entrada dos usuários nas filas dos caixas;

**§ 3º** - Os mecanismos a que alude o parágrafo 2º devem dispor de meios que possibilitem a aferição do tempo de espera, bem como ficarem à disposição da fiscalização do Município para eventual conferência.

**Art. 3º**- Os supermercados têm o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da presente Lei, para se adaptarem às suas disposições.

**Art. 4º**- O não cumprimento das disposições da presente Lei sujeitará os estabelecimentos mencionados às seguintes punições:

I - advertência por escrito;

II - multa de 2.500 URM's na reincidência após a advertência;

III - multa de 5.000 URM's até a 5ª (quinta) reincidência;

IV - suspensão do alvará de funcionamento, após a 5ª (quinta) reincidência, até que se cumpram as disposições da presente Lei.



**Estado do Rio Grande do Sul**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**GABINETE DO PREFEITO**

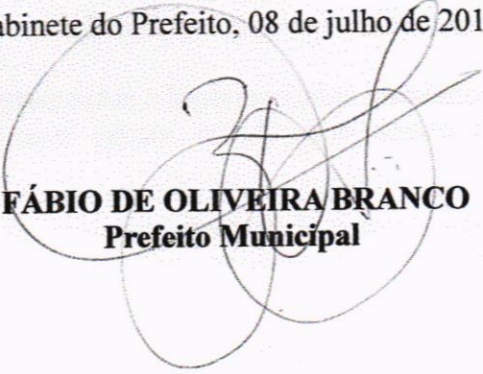
**Art. 5º** - As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta Lei deverão ser encaminhadas ao PROCON, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

**Parágrafo único** - O auto de infração e o processo administrativo de imposição da multa, assim como os prazos para defesa e recurso reger-se-ão pelo disposto na Lei Municipal nº 5.772, de 26 de maio de 2003.

**Art. 6º** - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de julho de 2011

  
**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

**cc:CSCI/CMRG/Publicação/PJ/TODAS AS SECRETARIAS**



ATA Nº

PROCESSO Nº

693/11

Substitutivo

## VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	PAULO RENATO MATTOS GOMES	—		
2	THIAGO PIRES GONÇALVES	—		
3	WILSON BATISTA DUARTE SILVA	—		
4	DELAMAR CORREA MIRAPALHETA	✓		
5	LUCIANE COMPIANI BRANCO	✓		
6	ÂNGELO FERNANDO SILVA RIBEIRO	—		
7	JOEL JESUS SILVEIRA DE AVILA	✓		
8	CLAÚDIO JOSE CARDOSO COSTA	✓		
9	GIOVANI BASTOS MORALLES	✓		
10	JOSÉ ANTONIO DA SILVA	✓		
11	JÚLIO CÉZAR JORGE MARTINS	✓		
12	LUIZ FRANCISCO SPOTORNO	✓		
13	RENATO ESPÍNDOLA ALBUQUERQUE	✓		
	RESULTADO: <i>aprovado</i>	09		

DATA:

25.04.11

SECRETÁRIO